

**MULHERES NÃO MONOGÂMICAS: TRAJETÓRIAS EM UMA SOCIEDADE
MONONORMATIVA**
**NON-MONOGRAMIC WOMEN: TRAJECTORIES IN A MONONORMATIVE
SOCIETY**

Eliane Viera^I

Zuleica Pretto^{II}

Resumo: Considerando que as pessoas são diversas e que a monogamia é uma construção social e histórica naturalizada, socializada e imposta de forma normativa no Ocidente, esta pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória objetivou conhecer como mulheres não monogâmicas experienciam suas relações afetivas e sexuais em uma sociedade predominantemente mononormativa. Para isso, valeu-se de entrevistas semiestruturadas que foram guiadas por pontos de interesse, de maneira on-line, com seis mulheres não monogâmicas participantes de grupos que discutem não monogamia política no WhatsApp. As entrevistas foram analisadas por meio do método hermenêutico-dialético e a partir da teoria existencialista e das interseccionalidades, centrando-se nos seguintes aspectos: constituição dos sujeitos e projeto afetivo e sexual, trajetórias, identidade e desafios das mulheres não monogâmicas em uma sociedade mononormativa. Levando em conta que os sujeitos se constituem em processos histórico-dialéticos e, assim, são singulares-coletivos, evidencia-se que a mononormatividade interfere nas experiências afetivas e sexuais das mulheres que transcendem as normas. Assim, os sentidos atribuídos pelas entrevistadas à escolha pela não monogamia são provenientes de reflexões críticas lançadas ao sistema monogâmico, que se coaduna com outras estruturas produtoras de opressão. Dessa forma, essas mulheres percebem essa escolha como afirmação da autonomia, autenticidade e liberdade. Todavia, destacam dificuldades devido a estigmas, preconceitos, objetificações que sofrem, mas também percebem potência nessa escolha, pois a entendem como resistência e luta contra os sistemas de opressão.

Palavras-chave: Não monogamia. Mulheres. Existencialismo. Mononormatividade.

Abstract: Considering that people are diverse and that monogamy is a naturalized, socialized and normatively imposed social and historical construction in the West, this qualitative, descriptive and exploratory research aimed to understand how non-monogamous women experience their affective and sexual relationships in a predominantly society mononormative. For this, semi-structured interviews were used, guided by points of interest, online, with six non-monogamous women participating in groups that discuss political non-monogamy on WhatsApp. The interviews were analyzed using the hermeneutic-dialectical method and from the existentialist theory and intersectionality, focusing on the following aspects: constitution of subjects and affective and sexual project, trajectories, identity and challenges of non-monogamous women in a mononormative society. Taking into account that the subjects are constituted in historical-dialectical processes and, thus, they are singular-collective, it is evident that mononormativity interferes in the affective and sexual experiences of women that transcend norms. Thus, the meanings attributed by the interviewees to the choice for non-monogamy come from critical reflections launched on the monogamous system, which is consistent with

^I Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). E-mail: elianevierapsico@gmail.com. Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão do curso de Graduação em Psicologia da Unisul. 2021.

^{II} Doutora em Psicologia, professora titular da Unisul.

other structures that produce oppression. Thus, these women perceive this choice as an affirmation of autonomy, authenticity and freedom. However, they highlight difficulties due to stigmas, prejudices, objectifications that they suffer, but they also perceive power in this choice, as they understand it as resistance and struggle against systems of oppression.

Keywords: Not monogamy. Women. Existentialism. Mononormativity.

1 INTRODUÇÃO

A monogamia é uma construção social e histórica relativa às relações afetivas e sexuais que é imposta de maneira normativa, hegemônica e dominante no Ocidente. Assim sendo, estabelece o entendimento de que as relações afetivas e sexuais na contemporaneidade devem ser experienciadas a partir do regramento e dos discursos conservadores e normativos, a saber, do amor romântico^{III} patriarcal e heteronormativo, e da monogamia compulsória. Tais conceitos se articulam a outras estruturas opressivas, podendo violentar e oprimir as pessoas que não a escolhem ou não se encaixam nesse modelo, evidenciando e disseminando seu caráter mononormativo. Entretanto, outras possibilidades de experienciar a afetividade e a sexualidade não hegemônicas lutam para existir com dignidade frente à situação mononormativa que se impõe, pois consideram a existência da diversidade de pessoas. Assim, compreendem a impossibilidade de uma única forma de se relacionar afetiva e sexualmente, considerando as perspectivas não monogâmicas (BORNIA JUNIOR, 2018; PEREZ; PALMA, 2018; PORTO, 2017). Diante desse cenário, esta pesquisa tem como objetivo central conhecer como mulheres não monogâmicas experienciam suas relações afetivas e sexuais em uma sociedade mononormativa.

Segundo Lessa (2012), Lins (2013, 2020) e Porto (2017), a monogamia é um modelo construído, socializado, naturalizado e imposto no Ocidente como possibilidade única de estabelecer relações afetivas e sexuais. O objetivo principal dessa norma é a exclusividade sexual das mulheres, a fim de garantir os privilégios dos homens cisgêneros, heterossexuais e brancos. A monogamia foi instituída a partir do período da história chamado de “civilização”, com a mudança na organização de vida comunitária, destinada à sobrevivência, para o modelo de propriedade privada. Tal modelo foi reforçado por conta da descoberta da participação do homem na concepção, fato que propiciou a instauração do patriarcado. A partir disso, foi consolidado o controle da sexualidade das mulheres, que deveriam garantir a transmissão dos

^{III} O amor romântico é uma construção social e histórica inaugurada no Ocidente no século XIX, proveniente do amor cortês do século XI que surgiu como forma de libertação da repressão do cristianismo, assim, disseminando um caráter idealizado de amor, que se propõe finalidade central de vida das pessoas, para o alcance da felicidade. Essa perspectiva permeia as relações afetivas e sexuais na contemporaneidade (LINS, 2013, 2020).

bens hereditários aos filhos legítimos. Dessa forma, no decorrer da história ocidental, a monogamia foi sendo apropriada, transformada e articulada pelos discursos conservadores, com o cristianismo, a medicina, o direito, as mídias, o amor romântico, os aspectos econômicos e o Estado, atravessando, assim, as experiências afetivas e sexuais das pessoas.

De acordo com Porto (2017), a monogamia é a possibilidade de estabelecer relações afetivas e sexuais com uma pessoa de cada vez, de maneira exclusiva. No entanto, nas sociedades ocidentais, a monogamia ultrapassa as escolhas individuais, sendo imposta de maneira normativa. Assim, acaba sendo naturalizada e socializada para controlar e regular as escolhas íntimas relacionais das pessoas, e não como um valor ou princípio de escolha individual, caracterizando-se como discurso e regramento mononormativo. E, com isso, a palavra mononormatividade, ao se referir ao que é normativo, reflete a concepção de que existe um normal para condutas e procedimentos. Nesse contexto, tudo que a segue é considerado normal, enquanto o que não se enquadra nesses preceitos é marginalizado (PORTO, 2017).

Segundo Del Priore (2019) e Felipe (2008), a monogamia adentra o território brasileiro com a colonização. Conforme os autores, foi com a chegada dos portugueses e da imposição do cristianismo que a sexualidade passou a ser considerada pecado, e tudo que se relacionasse ao prazer fosse interdito, já que o costume dos povos originários de estabelecer relações afetivas e sexuais não é em geral monogâmico.

Além do mais, da colonização até meados do século XX, as relações afetivas e sexuais das pessoas burguesas foram orientadas pelo casamento monogâmico cristão, objetivando a manutenção do poder e dos privilégios pela permanência dos bens com a transmissão aos filhos herdeiros legítimos entre as classes dominantes. Nesse cenário, a sexualidade das mulheres brancas e burguesas foi controlada e oprimida, sendo a virgindade utilizada como moeda de troca com a família à qual cada mulher iria pertencer. Todavia, aos homens das classes dominantes eram permitidas as relações afetivas e sexuais antes e depois de contraírem o matrimônio. Dessa maneira, os homens burgueses das classes superiores mantinham relações afetivas e sexuais com as mulheres escravizadas e também com as trabalhadoras livres, por meio de violências e/ou do concubinato (DEL PRIORE, 2019; LINS, 2020).

Beauvoir (2019a, 2019b) faz uma análise por meio das experiências vividas da condição histórica de submissão das mulheres europeias no século XX. Então, a partir de um ensaio fenomenológico, demonstra que historicamente as mulheres estão lançadas em situações concretas de forma diferente dos homens, ou seja, para elas as situações são de opressão e submissão. Segundo a autora, a condição de submissão se sustenta por meio dos discursos pautados no aspecto biológico. Assim sendo, a filósofa ressalta a importância de as mulheres

se articularem e lutarem coletivamente por mudanças nessas condições, sem diminuir a importância singular das experiências.

Nesse sentido, os movimentos e estudos no campo do feminismo buscaram ampliar os debates e as questões envolvidas nas diferenças entre os homens e as mulheres que as oprimem e violentam. Assim, contribuem evidenciando a diversidade de mulheres, bem como destacando a importância e a necessidade de compreender as situações que estas vivenciam a partir das interseccionalidades, ou seja, considerando as relações entre gênero, raça, etnia, classe, deficiências, pois esses aspectos atravessam diferentemente as pessoas (DAVIS, 2016; GESSER; NUERNBERG; TONELI, 2012; WOLFF; SALDANHA, 2015).

Mediante o exposto, concebe-se que a monogamia foi imposta aos povos originários, ao mesmo tempo que foi negada às mulheres negras escravizadas, e às trabalhadoras livres das classes inferiores, que tinham seus corpos violentados e sexualizados, por meio de um projeto civilizatório que beneficia até hoje as pessoas hegemônicas. Nesse contexto, Longhini (2020b) afirma que a monogamia não é uma opção relacional saudável, pois articulada a outras estruturas de poder, podendo oprimir as pessoas não hegemônicas. A autora explica que:

Vejam, historicamente, apenas determinados corpos foram tidos como dignos de serem “oficiais”, nomeadamente, os brancos, cis, magros. Da mesma forma, houve e há uma marcação de gênero em quem é colocado na posição do amante, escondido, sexualizado – em quem teve/tem direito à herança e em quem fica no lugar de “filho bastardo”. O sistema monogâmico se articula com o da propriedade privada e este por sua vez, com todo racismo estrutural.^{IV} Ressaltando que a base do feminicídio também aciona a ideia de propriedade. A monogamia nunca foi uma opção saudável de relação, especialmente a pessoas subalternas, que inclusive sofrem os efeitos mais pesados dela (LONGHINI, 2020b, p. 49).

De todo modo, apesar da imposição do modelo monogâmico, aos poucos surgiram articulações para mudar o cenário da monossexualidade no Brasil. Isso se deu a partir da aceleração e das transformações sociais no pós-guerra, da possibilidade do divórcio, do advento da industrialização, das novas tecnologias, da criação das pílulas anticoncepcionais, da revolução sexual e da constatação de que a monogamia priorizava o patriarcado, mantendo as desigualdades e violências de gênero. Com isso, outras formas não hegemônicas de relacionamentos amorosos começaram a despontar (BARBOSA, 2015; DEL PRIORE, 2019; LINS, 2020).

Nesse contexto de mudanças nas relações afetivas e sexuais, pessoas não monogâmicas questionam e problematizam o sistema monogâmico. Elas defendem a legitimidade das

^{IV} Segundo Almeida (2020), o racismo é estrutural, pois é elemento constituinte da organização econômica e política da sociedade, que fornece o sentido, a lógica e os dispositivos para as reproduções das possibilidades de violências e desigualdades sociais contemporâneas.

relações afetivas e sexuais não hegemônicas, pois compreendem a diversidade social existente e, por conseguinte, a inviabilidade de um modelo único de se relacionar afetiva e sexualmente. Ademais, empreendem uma crítica social, ética e política ao sistema monogâmico, que, aliado a outras estruturas de opressão, pode excluir, estigmatizar e marginalizar quem não adere ou não se enquadra nesse modelo hegemônico e dominante (BARBOSA, 2015; BORNIA JUNIOR, 2018; LONGHINI, 2020a, 2020b; PEREZ; PALMA, 2018, PORTO, 2017).

Segundo Borna Junior (2018), existem diversas possibilidades de relações não monogâmicas. Assim, no guarda-chuva das práticas não monogâmicas, encontram-se as relações poliamorosas, relações livres, *swing*, relacionamentos e casamentos abertos, dentre outras. Conforme o autor, diversos grupos buscam reivindicar a identidade política da não monogamia depois do surgimento do poliamor, no final dos anos de 1980, início dos anos 1990 nos Estados Unidos, e de sua disseminação em outros países, sendo que no Brasil, os poliamoristas surgem a partir dos anos 2000. No entanto, o prisma de estudo do autor, versa sobre a diversidade de grupos e práticas não monogâmicas consensuais, que confrontam a mononormatividade, ou seja, o regime que impõe a monogamia como forma única de relação afetivo e sexual, de construção familiar, orientado pela heterossexualidade e pelo amor romântico.

De acordo com Longhini (2020a, 2020b), não monogamia não é modelo, nem mesmo diz respeito à quantidade de pessoas envolvidas em uma relação afetiva e sexual, mas se refere a construção de outras possibilidades de vínculos, ou seja, aqueles que não objetivem o cerceamento da autonomia das pessoas. Assim sendo, não monogamia relaciona-se ao fato de uma pessoa não se permitir estabelecer o modo no qual a sexualidade e a afetividade das demais são vividas, pois a autonomia é um aspecto intransferível. Dessa forma, para a autora, não monogamia em uma perspectiva crítica, é ainda, um fundamental movimento afetivo, social, ético e político, pois questiona os sistemas que visam oprimir principalmente as pessoas não hegemônicas, sem desconsiderar as singularidades.

Em vista do exposto, a não monogamia política se propõe como projeto orientador e direcionador de vida e identidade ético-política, que visa romper com a lógica monogâmica presente na sociedade, em prol de um pensamento coletivo e emancipatório das pessoas. Nesse sentido, a não monogamia política objetiva o resgate do pensamento e do sentido coletivo de organização da vida, bem como o fim das estruturas de opressão. Por conseguinte, não se coloca como modelo relacional, mas como um projeto ético e político norteador emancipatório de não monogamia, anticolonial, antirracista, anticapitalista e anti-LGBTfóbico (NM EM FOCO, 2021).

Assim sendo, esta pesquisa objetivou conhecer como as mulheres não monogâmicas experienciam suas relações afetivas e sexuais em uma sociedade mononormativa. Dessa forma, busca caracterizar como se deu o processo de escolha pela não monogamia, verificar as vivências, bem como as interferências das questões de gênero nas experiências afetivas e sexuais das mulheres não monogâmicas. Para o alcance dos objetivos, a pesquisa tomou como base a teoria existencialista, pela qual os sujeitos se constituem em processos histórico-dialéticos, de forma que as subjetividades vão se construindo ao longo das trajetórias de vida e, portanto, os tornam singulares-coletivos. Em consonância com esse referencial, também foram consideradas as concepções teóricas que entendem que os sujeitos são atravessados diferentemente pelos aspectos interseccionais de gênero, raça, etnia, deficiências, orientação sexual, entre outros. A partir dessas considerações, este estudo pretende corroborar com avanços na investigação sobre o tema, especialmente no campo da psicologia.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa foi delineada como estudo de campo e, quanto aos objetivos, caracterizou-se como descritiva e exploratória, de natureza qualitativa e de corte transversal. De acordo com Leonel e Motta (2007, p. 134), o estudo de campo é uma possibilidade de realizar a pesquisa, na qual quem pesquisa envolve-se “[...] diretamente com a realidade através da observação direta”. Segundo Gil (2002), a pesquisa descritiva propõe descrever, enquanto o aspecto exploratório faz com que se busque conhecer de maneira aprofundada um fenômeno. A natureza qualitativa da pesquisa visa conhecer a percepção das participantes acerca do fenômeno (LEONEL; MOTTA, 2007). Já o corte transversal versa sobre o alcance temporal limitado a um período reduzido, que nesta pesquisa ocupou-se das experiências afetivas e sexuais atuais das mulheres não monogâmicas (FONTELLES *et al.*, 2009).

Devido à situação emergencial, que impôs medidas restritivas de distanciamento social, a fim de conter a transmissão do coronavírus da síndrome respiratória aguda grave (Sars-CoV-2), causador da doença do novo coronavírus (COVID-19), o convite para participação desta pesquisa ocorreu por meio de grupos no WhatsApp, sendo eles: NM em Foco – Debates NM, e Bate papo não monogâmico, dos quais mulheres não monogâmicas participam e discutem criticamente sobre não monogamia ético-política. Destaca-se que, por contar com a participação de seres humanos para construção do conhecimento, a pesquisa passou pela avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da Unisul (CEP Unisul), seguindo todos os preceitos éticos estabelecidos pela Resolução nº 446/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas feitas com seres humanos. Além disso,

observa a Resolução nº 510/2016, que trata das normas aplicáveis a pesquisas em ciências humanas e sociais, e a Resolução nº 002/2021, que versa sobre procedimentos de pesquisa em contexto virtual.

A seleção das participantes aconteceu a partir de critérios de inclusão, sendo eles: se reconhecer como mulher; se autointitular não monogâmica; ter se relacionado afetiva e/ou sexualmente de maneira não monogâmica pelo menos uma vez, durante um período mínimo de seis meses; já ter se relacionado monogamicamente antes das relações não monogâmicas; ter idade acima de 18 anos; possuir acesso à internet e a dispositivo (celular ou computador) para ingressar em uma plataforma de comunicação on-line, que possibilitasse videochamada e gravação de voz; bem como aceitasse participar da pesquisa. Para coleta de dados, foi utilizado entrevista semiestruturada, guiada por pontos de interesse (GIL, 2002). Assim, participaram desta pesquisa seis mulheres não monogâmicas, que responderam a uma entrevista, de forma virtual, com duração média de 60 minutos.

Os dados coletados nas entrevistas foram transcritos na íntegra, armazenados, e organizados no computador desta pesquisadora. Então, foram categorizados, analisados e interpretados por meio do método hermenêutico-dialético e dos referenciais teóricos descritos neste estudo. Segundo Minayo (1992 *apud* GOMES, 1999, p. 77), no método hermenêutico-dialético, a fala dos sujeitos da pesquisa é situada em seu contexto, podendo assim ser melhor compreendida.

Com o intuito de facilitar a compreensão da análise e da discussão, a seguir foi sistematizado um quadro com a caracterização das participantes. A fim de preservar o sigilo e o anonimato, os nomes usados nesta pesquisa são fictícios.

Quadro 1 – Caracterização das participantes

Ana: mulher negra; 21 anos de idade; cisgênero; bissexual; não monogâmica; sem filhos; classe média; ensino superior incompleto; maior tempo em uma relação não monogâmica: 2 anos.
Bruna: mulher branca; 26 anos de idade; cisgênero; bissexual; não monogâmica; sem filhos; classe média; ensino superior completo; maior tempo em uma relação não monogâmica: 1 ano e seis meses.
Camila: mulher branca; 22 anos de idade; cisgênero; pansexual; não monogâmica; sem filhos; classe média; ensino superior incompleto; maior tempo em uma relação não monogâmica: seis meses.
Diana: mulher branca; 28 anos de idade; cisgênero; bissexual; não monogâmica; sem filhos; classe baixa; pós-graduação; maior tempo em uma relação não monogâmica: seis meses.
Elisa: mulher branca; 27 anos de idade; cisgênero; bissexual; não monogâmica; sem filhos; classe média; pós-graduação; maior tempo em uma relação não monogâmica: 1 ano.
Flávia: mulher branca; 35 anos de idade; cisgênero; bissexual; não monogâmica; sem filhos; classe média baixa; ensino superior incompleto; maior tempo em uma relação não monogâmica: seis meses.

Fonte: Elaborada pela autora (2021).

3 ANÁLISE E DISCUSSÕES

Por meio das entrevistas realizadas e com base nos objetivos desta pesquisa, a análise e as discussões serão apresentadas a partir das seguintes categorias: constituição dos sujeitos e projeto afetivo e sexual, trajetórias não monogâmicas; ser mulher não monogâmica em uma sociedade predominantemente mononormativa; e relações com os outros: desafios de ser mulher não monogâmica. Tais categorias integram as subseções descritas na sequência.

3.1 CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS E PROEJETO AFETIVO E SEXUAL

O presente estudo foi desenvolvido diante da hipótese de que a mononormatividade interfere nas experiências afetivas e sexuais das mulheres não monogâmicas, pois as pessoas se subjetivam a partir de processos histórico-dialéticos e, portanto, são singulares e coletivas. Assim sendo, torna-se necessária a explicação de como acontecem os processos de subjetivação. Para isso, recorre-se ao campo teórico da fenomenologia existencialista sartriana e beauvoiriana.

A fenomenologia existencialista sartriana compreende que não existe nada natural ou metafísico a priori que justifique e determine a existência humana. Conforme essa perspectiva, ao nascer, o ser é nada; por ser ontologicamente corpo-consciência ou em-si-para-si, lançado em um determinado contexto social e histórico, estabelece relações dialéticas com tudo que o cerca, incluindo o seu próprio corpo. Assim, frente às situações, por ser livre, faz escolhas, atribui significados e sentidos, e dessa forma vai construindo sua subjetividade, bem como o mundo, ambos sempre abertos e inacabados, nesse processo dialético do singular-coletivo. Desse modo, os sujeitos são produto e produtores do mundo (SARTRE, 2014).

Sobre a constituição ontológica dos sujeitos, Maheirie explica:

Sendo corpo e consciência, ao mesmo tempo, o sujeito é objetividade (pois é corpo) e subjetividade (pois é consciência), não podendo ser reduzido a nenhuma dessas dimensões. O EU, ou a identidade, ou a especificidade do sujeito, aparece como produto das relações do corpo e da consciência com o mundo, consequência da relação dialética ente objetividade e subjetividade no contexto social (MAHEIRIE, 2002, p. 35).

Singulares, os sujeitos estão tecidos no mundo, em situações específicas, ou seja, em contextos materiais, temporais, de relação com as outras pessoas. Nas situações, os sujeitos escolhem, mesmo que não estejam refletindo criticamente sobre essa escolha, pois escolher é também agir no mundo. As escolhas são a definição das possibilidades e impossibilidades de um contexto. Nessa perspectiva, quando um sujeito escolhe, singulariza “[...] a possibilidade

ou a impossibilidade coletiva, tornando-a individual, pois [...]” a interioriza e exterioriza no coletivo, mesmo não se reconhecendo nessa ação (MAHEIRIE, 2002, p. 37).

A consciência ou para-si, constituinte da dimensão ontológica dos sujeitos, é desprovida de conteúdo, pois é sempre relação com o objeto ou em-si, não sendo passível de objetividade. Todavia, nesse movimento de relação com os objetos que são em-si, a consciência busca ser o que não é, ou seja, transformar-se em em-si, cristalizar-se. Tal desejo é da ordem da impossibilidade, pois o objeto ou em-si é da ordem da imanência, e a consciência ou para-si, da transcendência (MAHEIRIE, 2002).

A busca de ser, própria da dimensão subjetiva dos sujeitos, é chamada na filosofia existencialista sartriana de projeto de ser, que é impulsionado pelo desejo de ser o que não se é. Nesse sentido, o desejo dos sujeitos não se realiza, pois a consciência é a negação do absoluto da objetividade, sendo impossível coisificar-se, tornar-se objeto (MAHEIRIE, 2002).

Outro aspecto para entender a constituição dos sujeitos refere-se às diferenças das consciências. A consciência não posicional de si é aquela voltada totalmente para o objeto. Nesse plano da consciência, o sujeito está vivendo na espontaneidade, não se localizando como agente de uma ação, sendo esse plano libertador ou cerceador de suas possibilidades. Na consciência não posicional de si, não há reflexão crítica sobre a própria ação, no entanto, ocorre por meio de uma certa compreensão do cotidiano (MAHEIRIE, 2002).

Sobre a consciência não posicional de si, Maheirie explica:

Nessa forma de refletir, podemos produzir emoções libertadoras, aliadas à criatividade, à emancipação dos outros e de nós mesmos, assim como podemos produzir emoções cerceadoras da existência dos sujeitos, apreendendo sem maiores questionamentos sobre a ideologia dominante (MAHEIRIE, 2002, p. 34-35).

A consciência também pode ser reflexiva crítica. Essa consciência possibilita um afastamento do objeto ou da situação em que se está imersa, voltando-se para si própria, possibilitando reflexões críticas (MAHEIRIE, 2002).

No que se refere às contribuições do existencialismo sartriano no campo da afetividade e da sexualidade, Pretto (2003) infere que as concepções de amor provenientes do platonismo, do cristianismo e do amor romântico podem ser entendidas, a partir dessa perspectiva, como relações sadomasoquistas. Assim, para essa autora, as relações afetivas e sexuais contemporâneas, que são atravessadas pelas concepções sociais e históricas do amor, são irrealizáveis, à medida que exigem que as pessoas se tornem unidade, contrariando a própria condição ontológica dos sujeitos, podendo ser geradoras de sofrimento.

De acordo com Sartre (2015), as relações no âmbito da afetividade e da sexualidade ocidentais são atravessadas por conflitos, pois os sujeitos buscam capturar a liberdade de outra pessoa para justificar a própria existência, assim, as chama de sadomasoquistas. O filósofo explica que na tentativa de um sujeito aliviar a responsabilidade pela própria existência, se contenta em ser objeto, mas sofre por submeter sua liberdade a liberdade do outro, sendo essa atitude chamada de masoquista. Já na atitude sádica, o sujeito objetiva que a outra pessoa renuncie sua transcendência, assim objetiva aprisionar a liberdade do outro na facticidade, ou seja, no corpo, buscando torná-la objeto.

Segundo Sartre (2015), as atitudes sadomasoquistas não visam abolir a liberdade do outro, mas objetivam que a outra pessoa queira servir à realização do projeto: ser amado, por meio da sua própria condição de liberdade. Para o autor, para que o projeto ser amado acontecesse, seria necessário a renúncia de uma das subjetividades, fato que contraria a própria constituição ontológica de ser em-si-para-si dos sujeitos. Dessa forma, considera que essa dinâmica seria da ordem da impossibilidade, visto que os sujeitos são ontologicamente corpo-consciência, e estão condenados a liberdade em situação. Logo, para o filósofo, a liberdade, sendo uma facticidade da existência humana, o é para todos, por consequência, a tentativa da captura da liberdade do outro fracassa.

Considerando a dinâmica das relações sadomasoquistas que acontecem a partir da construção social e histórica do amor, e que visam que o casal se torne unidade, Sartre (2015) explica:

A unidade com o Outro é, portanto, irrealizável de fato. Também o é de direito, porque a assimilação do Para-si e do Outro em uma única transcendência envolveria necessariamente a desaparecimento do caráter de alteridade do Outro. Assim, a condição para que eu projete a identificação do Outro comigo é a de que eu persista em minha negação de ser o Outro (SARTRE, 2015, p. 456).

De acordo com Sartre (2015), a tentativa da captura da liberdade do outro para o alcance do projeto de ser amado visa à justificação da própria existência no amor sadomasoquista, eximindo os amantes de fazer algo de si, de transformar o mundo, possibilitando um alívio da sensação de não ter nada a priori que fundamente seu existir, de ter de se fazer o sentido da própria existência. Logo, para o autor: “Este, é o fundo da alegria do amor, quando existe: sentimos que nossa existência é justificada” (SARTRE, 2015, p. 463).

Todavia, para Sartre (2015), o olhar de um terceiro para os relacionamentos afetivos e sexuais sadomasoquista leva à experimentação da objetivação dos envolvidos na relação, assim, desfazendo a possibilidade originária de ser amado. Em vista disso, argumenta: “Já não é mais a relação experimentada entre um objeto-limite de toda transcendência e a liberdade que o

fundamenta, mas sim um amor-objeto que se aliena inteiramente rumo a um terceiro” (SARTRE, 2015, p. 469).

Por conseguinte, Sartre (2015) explica que, quando o terceiro aparece na relação sadomasoquista, significa a destruição desse amor. Por esse motivo, explica que muitos casais que experienciam as relações afetivas e sexuais, a partir da construção histórica e social do amor, buscam se isolar de outras relações, seja qual forem. Entretanto, para o autor, mesmo que as outras pessoas não vejam o casal, e eles também não vejam outras pessoas, continuam sabendo que existem para todas as consciências. Assim sendo, as relações afetivas e sexuais, baseadas na concepção do amor ocidental, que busca fundamentalmente “ser-Para-outro” tem na própria origem o seu fim.

A partir de um ensaio fenomenológico feito no início do século XX, Beauvoir (2019a, 2019b) explica que as relações no campo da afetividade e da sexualidade entre o casal homem e mulher, que aconteciam a partir da construção histórica e social do amor, logo, a partir da lógica monogâmica, realizaram-se historicamente de forma hierárquica, pois essa organização social servia para beneficiar e manter os privilégios dos homens. Assim, homens ocupam o lugar de sujeitos e as mulheres de objeto nesse modelo conjugal, fato que dificulta a libertação das mulheres.

No entanto, ao falar sobre a liberdade das mulheres e as possíveis transformações advindas desse intento, em uma época em que isso não havia acontecido, Beauvoir (2019b) apontou para futuras possibilidades das relações no âmbito da afetividade e da sexualidade. A respeito disso, enuncia que:

[...] entre os sexos surgiram novas relações carnis e afetivas de que não temos ideia: já aparecem entre homens e mulheres amizades, rivalidades, cumplicidades, camaradagens, castas ou sexuais, que no século passado não teriam sabido inventar. Entre outras coisas, nada me parece mais contestável do que o slogan que destina o mundo à uniformidade, logo ao tédio. Não vejo ausência de tédio nesse mundo, nem nunca vi que a liberdade criasse uniformidade (BEAUVOIR, 2019b, p. 556).

Além do mais, Beauvoir (2019b) esclarece que as relações viabilizadoras e autênticas no campo da afetividade e da sexualidade, aconteceriam a partir do reconhecimento de que são sujeitos em relação, bem como, a partir da libertação dos oprimidos e do sistema que os oprime. Conforme essa autora, é para além das diferenciações naturais entre homens e mulheres que seria possível a experiência de relações existenciais éticas, ou seja, a partir do reconhecimento do outro como parceiro na relação, afirmando assim sua fraternidade. Desse modo, entende-se que as relações afetivas e sexuais, independentemente do número de pessoas envolvidas,

necessitam do reconhecimento de que são sujeitos em relação, bem como, exigem o fim dos sistemas de opressão.

3.1.1 Trajetórias não monogâmicas

Diante da compreensão acerca da constituição dos sujeitos, e das relações afetivas e sexuais a partir da perspectiva fenomenológica existencial, ressalta-se que buscou-se conhecer, junto às entrevistadas, os sentidos atribuídos para a escolha pela não monogamia, considerando as trajetórias singulares que são construídas nos processos histórico-dialéticos. Para isso, foi considerado a construção social e histórica da monogamia e das não monogâmias, os atravessamentos da mononormatividade e dos aspectos interseccionais nas trajetórias das mulheres não monogâmicas participantes desta pesquisa.

A participante Ana teve contato com a não monogamia no ensino médio, por mediação de uma professora não monogâmica que falava sobre o assunto e respondia as dúvidas e curiosidades dos alunos sobre essa possibilidade de estabelecer relações afetivas e sexuais. Ana experienciou um relacionamento monogâmico, que encerrou por dificuldades de conciliar os encontros em razão da distância, pois seu parceiro da época morava em outra cidade, mas também porque desejava ter experiências afetivas e sexuais a partir da não monogamia, e nessa relação sentia-se limitada. Então, adentrou em um relacionamento aberto, que, segundo ela, também reproduzia os cerceamentos da monogamia, tendo acordos limitantes da autonomia. Assim, utilizava esses acordos para afastar algumas pessoas que se aproximavam de seu parceiro, Ana diz: “[...] então eu vejo, enfim, depois do meu aprofundamento na não monogamia política, como essa relação ainda tinha estruturas da monogamia [...]”. Ana conta que, as relações afetivas e sexuais atuais não possuem hierarquias entre elas, pois todas são importantes e únicas.

As falas de Ana mostram que a primeira tentativa de romper com a monogamia foi por meio da proposta de relacionamento aberto. No entanto, a partir dos estudos sobre não monogamia política, há uma mudança na perspectiva das relações afetivas e sexuais, transformando a escolha em posição política. De acordo com Freitas, Miranda e Lima Júnior (2021), os relacionamentos abertos são um alargamento da monogamia, pois se caracterizam pela formação nuclear e hierárquica de um casal. Assim, as outras relações são secundárias, havendo abertura para a prática sexual, mas não para a afetividade. Essa prática é popularizada pela mídia, contudo, tem menos militância política. Dessa forma, mesmo estando dentro das possibilidades não monogâmicas, as relações abertas não são orientadas por uma não monogamia política (FREITAS; MIRANDA; LIMA JÚNIOR, 2021).

Outros aspectos permeiam os sentidos para a escolha de Ana pela não monogamia, eles se referem à compreensão de que autonomia é sobre si, não sendo possível controlar as outras pessoas, e sobre os atravessamentos das opressões provenientes de gênero e raça. Nesse sentido, Ana fala: *“Aí, é autonomia, enfim, eu sinto que eu tenho controle da minha afetividade, né, a gente não tem controle do que a outra pessoa vai viver, mas eu tenho controle das minhas vontades [...]”*. Explica: *“A gente tem muito essa questão da solidão da mulher negra e ser assumida. Eu não quero ser assumida. Porque eu ser assumida me coloca nesse lugar de passividade [...]”*. Complementa *“[...] eu me sinto extremamente livre pra me relacionar com as pessoas da forma que eu me sentir à vontade”*.

A primeira relação afetiva e sexual de Bruna foi a partir do modelo monogâmico, e teve duração de quatro anos. Bruna conversou com seu parceiro sobre a possibilidade de abrir a relação, o que foi aceito, mas depois de um tempo a relação terminou, pois ela sentia que precisava viver outras experiências afetivas e sexuais. Conta que, mesmo aberto, assim como o que relatou Ana, o relacionamento reproduzia aspectos normativos da monogamia. Então, começou a estudar sobre não monogamia em uma perspectiva crítica e concluiu que o modelo monogâmico não fazia sentido para ela:

“[...] aí fui pesquisar sobre poliamor, sobre anarquia relacional, todas essas coisas que a gente acaba passando quando começa a questionar né? E enfim, fui me entendendo realmente como não monogâmica. Eu fui percebendo que esse... que antes de questionar a estrutura em si, eu fui entendendo que esse modelo padrão de relacionamento não dava certo pra mim. [...] e quando eu encontrei a não monogamia foi muito acolhedor pra mim, porque eu parei de me sentir um ET.

Percebe-se nas falas das participantes Ana e Bruna que ambas compreendem que o modelo monogâmico não serve para elas, pois o percebem como limitador de suas experiências e de suas existências. Todavia, ao escolherem experienciar suas relações afetivas e sexuais a partir de uma perspectiva crítica de não monogamia, Ana sente maior autonomia e liberdade em sua vida, e Bruna expressa que pode ser quem deseja. Além do mais, verifica-se nas falas de Ana que percebe os atravessamentos das interseccionalidades de raça e gênero com o sistema monogâmico, como produtoras de opressão e exclusão das pessoas não hegemônicas.

No âmbito da exclusão das pessoas não hegemônicas, Santata e Lima Júnior (2021) expõem que a monogamia foi construída para pessoas cisgênero, heterossexuais e brancas. Dessa forma, a estrutura monogâmica está permeada pelos ideais e pelas expectativas do amor romântico, que são amplamente difundidos pelas mídias. Para os autores, esse modelo associa a felicidade e a realização na seara da afetividade e sexualidade a um determinado padrão de

beleza, cor/raça e performance de gênero e classe social, o que propicia a exclusão das pessoas não hegemônicas. Assim, os autores explicam que:

Desde o surgimento da família monogâmica na transição para as sociedades de classe, atravessando sua transformação para o sacramento religioso com o advento do cristianismo, a estrutura monogâmica é feita para corpos cisgênero, branco e sem deficiência. Exclusão essa que se fortificou através da disseminação do mito do amor romântico e que, de forma acrítica, alguns atores acabam assimilando (SANTATA; LIMA JÚNIOR, 2021).

Nesse mesmo sentido, levando em conta a origem, as premissas e o entrelaçamento do sistema monogâmico com outras estruturas de opressão, Longhini (2020a, 2020b) afirma que a monogamia não é modelo relacional benéfico, principalmente para as pessoas não hegemônicas. Para a autora, a existência de um acordo consensual – como o das relações monogâmicas, quando existente, pois, por ser naturalizada e socializada como possibilidade única e legítima de estabelecer relações afetivas e sexuais, sua origem e suas premissas geralmente não são questionadas e discutidas – não significa o estabelecimento de relações éticas, visto que se trata do entrelaçamento de estruturas de poder que objetivam o cerceamento da autonomia das pessoas. No entanto, destaca que os privilégios estruturais não cessam com desconstrução individual, mas com reparação histórica. Assim, a autora aponta a necessidade da articulação das lutas sociais em prol da liberdade e autonomia de todas as pessoas.

Camila, por sua vez, conta que iniciava relações de maneira monogâmica, mas estas duravam pouco tempo, pois sentia falta de sua liberdade. Entretanto, numa das vezes em que iniciou um relacionamento monogâmico, este se tornou aberto posteriormente. Ainda assim, algumas questões dificultaram a continuidade, como ciúmes, acordos limitantes da autonomia e liberdade, hierarquização da relação e pouca experiência com essa possibilidade relacional. Sobre esses aspectos, Camila comenta:

[...] rolou hierarquia e rolou muita falta de maturidade da minha parte [...] e aí os nossos acordos era basicamente que podia ficar com outras pessoas, mas não podia se apaixonar. Sabe? Bem clássico [...]. Eu faria diferente essa questão de hierarquias assim, porque eu hierarquizava muito os meus relacionamentos e eu colocava ele no centro da atenção. Sabe? Eu não faria isso de novo [...].

Após o término dessa relação, Camila passou a ler sobre não monogamia, se identificando. Então fala: “[...] e aí depois disso, quando terminou, eu entrei mais ou menos no meio não monogâmico. Comecei a ler muito sobre não monogamia e me identifiquei muito”.

Elisa relata que teve um relacionamento monogâmico com um homem, mas sentia que estava perdendo sua individualidade e liberdade, colocando a relação afetiva e sexual como prioritária em sua vida, sendo suas percepções, semelhantes as referidas por Camila. Elisa diz:

“[...] o problema era ‘estou sentindo que estou perdendo a minha individualidade, estou hierarquizando essa relação’ [...] e aí eu sentia isso, mas não tinha muito nome [...]”. Além do mais, Elisa dispense uma crítica à instituição familiar e do casamento monogâmico, bem como às regras sociais provenientes desse modelo. Conta que propôs, antes de conhecer e estudar sobre não monogamia política, a abertura do relacionamento. Todavia, devido aos atravessamentos do patriarcado e do machismo na constituição do ser do seu parceiro, houve tensões na relação, que ocasionaram o término.

Elisa fala que começou a estudar sobre a não monogamia em uma perspectiva crítica, fazendo sentido para ela, então passou a se apresentar como não monogâmica:

“[...] então foi a partir daí que eu comecei a entrar em contato com teóricos e comecei a dizer ‘sou não monogâmica e isso faz sentido pra mim’. [...] não na perspectiva de ‘eu sinto atração por outras pessoas e quero ficar com outras pessoas’, tenho uma crítica estrutural do casamento e da família. Quando pegou na crítica estrutural eu falei ‘pronto’”.

Notam-se semelhanças nas falas das entrevistadas Camila e Elisa no sentido de descentralizar e não hierarquizar o projeto afetivo e sexual nas suas vidas, à medida que percebem que colocavam seus parceiros como prioridade em suas vidas, dessa forma, limitando suas próprias existências. Segundo Beauvoir (2019a, 2019b), as mulheres são socializadas para centralizar e hierarquizar as relações afetivas e sexuais no projeto de ser, a fim de manter os privilégios dos homens. Dessa forma, conforme a filósofa, elas são cristalizadas historicamente em lugares de objeto, e os homens na posição de sujeitos, inviabilizando a autonomia e liberdade delas.

Lessa (2012) explica sobre a origem das hierarquias relacionais no Ocidente a partir de uma perspectiva social e histórica. Assim, o autor expõe que as comunidades primitivas se organizavam para sobrevivência. Com isso, o trabalho se caracterizava pela cooperação e não pela exploração. Dessa maneira, a organização familiar primitiva era viabilizada por meio do caráter social e coletivo, e por isso as relações entre homens e mulheres dispunham de outra qualidade, não havendo exploração entre as pessoas. Conforme o autor, foi a partir do rompimento das formas de organização comunitária e da crescente competição oriunda da propriedade privada, que surgiram as famílias monogâmicas, regidas pelos patriarcas. É nessa conjectura que, as mulheres perderam espaço na vida social e pública, ficaram desprovidas de propriedades e passaram a ter suas existências reduzidas a atividades sem remuneração, ou seja, ao cuidado do lar e dos filhos, instaurando-se, assim, a hierarquização das relações (LESSA, 2012).

Sobre as hierarquias relacionais Freitas *et al.* (2020), dizem que elas constituem as relações monogâmicas e podem também ser reproduzidas nas relações não monogâmicas, pois as pessoas estão inseridas em contextos sociais e históricos que se organizam em hierarquias. Assim sendo, a hierarquia social nas sociedades ocidentais estabelece, em perspectiva de poder, o lugar que uma pessoa vai ocupar dentro de uma estrutura social, atribuindo-lhe um status social. Nas relações monogâmicas, as hierarquias funcionam para proteção do núcleo casal e para classificar a importância e o poder das pessoas. Sobre esse aspecto, o artigo da NM em Foco dispõe:

Para a estrutura monogâmica, as hierarquias relacionais são constituintes indispensáveis para a proteção do núcleo do casal. Elas existem para legitimar e oficializar, bem como para classificar a importância e os poderes que essas relações têm. No topo temos o núcleo familiar, o casal e os filhos. Orbitando essa relação, em um patamar mais abaixo, temos os familiares próximos e também as relações de amizade. A distribuição de poder nessa dinâmica de hierarquias pode ser exemplificada como o poder de vetar uma amizade, uma viagem, uma compra. Tudo na ideia de proteção daquele núcleo-casal (FREITAS *et al.*, 2020).

Nesse sentido, o projeto orientador e emancipatório da não monogamia política se coloca como anti-hierarquias, pois compreende que a lógica hierárquica é violenta com os corpos não hegemônicos que não aderem a esse modelo, ou não coincidem com o ideal monogâmico (FREITAS *et al.*, 2020).

Diana expõe que seus pais não mantinham um arranjo de relacionamento nos padrões da monogamia, logo já havia tido contato com outras possibilidades de relacionamentos afetivos e sexuais não monogâmicos. No entanto, suas primeiras relações afetivas e sexuais foram monogâmicas, possibilitando experienciar, refletir e escolher outra maneira de se relacionar, que fizesse sentido para ela. Conta que, em um dos seus relacionamentos monogâmicos, chegou a morar com o companheiro, mas, percebendo que ele estava interessado por outras mulheres, tentou dialogar para reorganizar o formato relacional, a fim de que ambos tivessem uma maior autonomia e liberdade. Contudo, ele não quis, dizendo que ela estava equivocada sobre sua percepção. Seu ex-companheiro só assumiu posteriormente que sua percepção estava correta. Logo, referente ao sentido, articulado com sua história de vida, para escolha pela não monogamia, Diana diz: “[...] e fui me percebendo quão solta eu sou por não ter também sido inserida... não ter sido... como eu posso dizer? Programada numa monogamia tão fixa [...]”.

Diana esclarece, ainda, que os estudos de Geni Núñez auxiliaram no sentido da escolha: “[...] aí depois quando eu encontrei o trabalho da Geni vi muita ficha caindo. Eu me preocupo mesmo mais com a ética do que com o pressuposto [...]”. Complementa: “[...] comecei a

pensar nessa soltura que eu tenho e depois eu fui entendendo que é a minha vontade de uma ética cuidadosa". A família ou cuidadores podem ser um dos primeiros mediadores dos sujeitos com o mundo, interferindo diretamente no projeto de ser das pessoas, pois estas constroem sua subjetividade por meio das relações que estabelecem no passado, presente e futuro (SCHNEIDER, 2011). Percebe-se que a família foi mediação na trajetória de Diana, contribuindo para a escolha pela não monogamia, pois experienciam a afetividade e sexualidade de maneira não hegemônica, bem como a autora Geni Núñez, que estuda e fala sobre a construção cotidiana de relações afetivas e sexuais não monogâmicas éticas.

Flávia relata que teve alguns relacionamentos monogâmicos que chegavam ao fim, pois ela se apaixonava por outras pessoas. Conta que ao estabelecer uma nova relação enquanto estava namorando, entendia que estava traindo a pessoa com quem se relacionava, pois a monogamia prevê a exclusividade afetiva e sexual. Observa-se que a trajetória de Flávia se diferencia das outras participantes, pois não houve a tentativa de abertura de suas relações monogâmicas, mas o entendimento de que estava traindo alguém, ocasionando o término da relação.

Então, no último relacionamento monogâmico, Flávia conheceu uma pessoa que estudava e experienciava suas relações afetivas e sexuais a partir da não monogamia, apresentando-a essa possibilidade, bem como explicando sobre as críticas feitas à monogamia como sistema de opressão. Por conseguinte, Flávia começou a ler sobre não monogamia na perspectiva política, o que fez sentido para sua escolha. Comenta: “[...] e aí eu comecei a meio que pensar na possibilidade, comecei a estudar, comecei a ler e comecei a meio que tipo entender que é uma coisa que pra mim hoje faz total sentido”.

Percebe-se que as falas da entrevistada Flávia evidenciam como seu ser no mundo foi se constituindo a partir de um contexto sociológico e antropológico em que a monogamia é um sistema e, por isso, impõe-se nas situações cotidianas de maneira normativa. Todavia, percebe-se que, sendo seu ser aberto e inacabado, continua se afetando no encontro com as outras pessoas, à medida que vive sua trajetória de vida. Desse modo, ao conhecer uma pessoa não monogâmica, que lhe apresenta essa possibilidade de viver suas experiências afetivas e sexuais, começa a estudar sobre esse fenômeno. Com isso, passa a fazer parte desse grupo e vai constituindo o sentido para ela, propiciando a escolha por outra forma de se relacionar.

No que tange a possibilidade de se afetar, se apaixonar por outras pessoas, mesmo em uma relação monogâmica, é possível se valer do estudo de Maheirie (2002) sobre a constituição dos sujeitos a partir do existencialismo sartriano, pois explica que o ser é no mundo, produto e produtor da história e de sua própria, num conjunto de projetos, rumo ao projeto de ser,

inacabado, e em movimento até sua morte. Dessa forma, para a autora, vivendo cotidianamente, os sujeitos podem se afetar diferentemente, podendo atribuir novos sentidos e fazer outras escolhas nas situações, transformando, assim, a si e ao mundo.

Nesse sentido, Maheirie (2002) aponta que as emoções são uma importante forma de apreender o mundo. Segundo essa autora, as emoções são possibilidades concretas com força para proporcionar transformação na história singular e coletiva das pessoas. Apesar disso, as motivações para uma emoção, em uma mesma situação, podem ser diferentes para dois sujeitos, pois estão em consonância com a significação que cada um atribui a ela, estando relacionadas com a história de cada um, e que pode ir se transformando por outras significações, à medida que esses sujeitos continuam suas vidas, nesse movimento dialético do singular-coletivo.

Notam-se semelhanças nas trajetórias das participantes, pois estas iniciam suas experiências afetivas e sexuais a partir da monogamia, no entanto, como tentativa de romper com essa possibilidade relacional, dialogam com os parceiros para uma relação aberta e/ou um novo formato relacional, ao sentirem que o modelo monogâmico de relacionamento afetivo e sexual limitava suas vidas. Porém, percebem que essa possibilidade também reproduzia os aspectos cerceadores da monogamia – exceto a entrevistada Flávia, que se manteve no relacionamento monogâmico e optou pela “traição” –, a partir da compreensão e das premissas da monogamia. Então, passam a estudar sobre não monogamia em uma perspectiva ético-política, que empreende críticas ao sistema monogâmico e a outras estruturas de opressão, refletindo criticamente sobre essas possibilidades de relações humanas, constituindo os sentidos atribuídos a essa escolha e contribuindo com eles.

Um estudo feito por Perez e Palma (2018) com poliamoristas revelou que a escolha por essa possibilidade de relação afetiva e sexual surgiu de questionamentos, desejos e experiências dos participantes. Dessa maneira, conforme as autoras, o termo poliamor passou a nomear as vivências dos entrevistados posteriormente. Nesse sentido, observa-se que as participantes também escolhem a não monogamia e atribuem sentidos a essa escolha com base nas suas experiências de vida, autointitulando-se não monogâmicas após estudarem e refletirem criticamente sobre essa perspectiva.

Contudo, constata-se que as falas das participantes evidenciam os entrelaçamentos do sistema monogâmico com as outras estruturas de opressão na constituição de suas subjetividades, bem como as escolhas que fazem frente à situação mononormativa à qual estão submetidas. Ou seja, agem para transformar a si, e assim o mundo, transcendendo essa imposição normativa, pois escolhem outra possibilidade de experienciar suas relações afetivas e sexuais, evidenciando, assim, a liberdade sobre suas existências. Diante dos relatos das

entrevistadas, verifica-se que a escolha pela não monogamia é um processo singular-coletivo, pois aconteceu a partir das experiências de cada participante, ou seja, a partir de suas trajetórias singulares, que são atravessadas pelo coletivo, assim, confirmadas a partir das trocas e estudos com demais agentes não monogâmicos.

3.2 SER MULHER NÃO MONOGÂMICA EM UMA SOCIEDADE MONONORMATIVA

Conforme exposto neste trabalho, a monogamia é uma construção social e histórica, imposta de maneira mononormativa no Ocidente, sendo exigida principalmente para as mulheres. Atravessa o modo de ser das pessoas, podendo ser opressiva e violenta aos que não a escolhem ou não se ajustam a esse modelo hegemônico dominante. Dessa forma, compreende-se que, para conhecer as experiências de ser das mulheres não monogâmicas, é necessário recorrer à discussão de gênero, pois as mulheres vivenciaram historicamente sua afetividade e sexualidade de forma assimétrica em relação aos homens, ocupando lugares de submissão e opressão.

Na obra intitulada *O segundo sexo*, Beauvoir (2019a, 2019b) faz um ensaio fenomenológico a partir da ética existencialista da desigualdade histórica entre homens e mulheres. Evidencia, com isso, a condição de existência à qual as mulheres estão lançadas, desde a infância, passando pela adolescência e vida adulta. Nessa perspectiva, a filósofa expõe que, historicamente, por meio de uma atitude de má-fé, os homens se empenham em demonstrar que o destino das mulheres é a submissão; entretanto, demonstra também que as mulheres, por uma atitude de má-fé, escolhem ocupar esses lugares, compactuando com os homens, negando suas próprias condições de existência.

Para Beauvoir (2019a, 2019b), as mulheres vivem na imanência, quando poderiam de igual forma aos homens exercer sua condição de sujeitos livres. Poderiam, desse modo, escolher e agir no mundo transcendendo a condição de opressão, mesmo que a situação a qual estão expostas no mundo apresente condições inferiores. Todavia, a autora esclarece que a dificuldade de reivindicação das mulheres está no fato de não possuírem os meios concretos para tal intento. Elucida que as mulheres nascem sem nada que as defina, que feche suas possibilidades de existência a priori, mas, na medida em que vão se lançando em um mundo criado por homens, para estabelecer e manter suas condições de inferioridade, vão se constituindo, se cristalizando nesses lugares.

Assim, Beauvoir (2019b, p. 11) afirma que “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Com isso, deixa claro que não existe um destino para as mulheres, mas situações concretas que as submetem, que precisam ser consideradas para serem transformadas. Sobre não nascer, mas

se tornar mulher, a autora esclarece: “Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre macho castrado, que qualificam de feminino” (BEAUVOIR, 2019b, p. 11).

De acordo com Beauvoir (2019a), a questão de dominação das mulheres pelos homens acontece pois elas não têm um passado, uma história de união para reivindicar seus lugares de sujeitos. Dessa maneira, nunca formaram um grupo separado dos homens, dissipando-se entre eles, separando-se e dificultando a construção e a afirmação de um “nós”. Conforme essa autora, as mulheres apresentam essa dificuldade em se afirmarem como grupo, devido à restrição aos meios concretos. Sobre esse aspecto, expõe:

Vivem dispersas entre os homens, ligadas pelo *habitat*, pelo trabalho, pelos interesses econômicos, pela condição social e a certos homens – pai ou marido – mais estreitamente do que a outras mulheres. Burguesas são solidárias dos burgueses e não das mulheres proletárias; brancas, dos homens brancos e não das mulheres negras (BEAUVOIR, 2019a, p. 16).

Nesse sentido, Davis (2016) aponta que os movimentos feministas sufragistas que surgiram no final do século XIX nos Estados Unidos se constituíam, em sua maioria, por mulheres brancas e burguesas, que não aceitavam o direito das mulheres negras e das operárias. Com isso, segundo a autora, foi criada uma separação entre elas, quando se evidenciava a intersecção entre gênero, raça e classe, dificultando a união e as lutas por direitos para todas as mulheres.

Ainda nesse contexto, Crenshaw (2012 *apud* WOLFF; SALDANHA, 2015, p. 34) esclarece que, inicialmente, o sujeito do feminismo foi a mulher. Porém, em um segundo momento, à medida que os estudos sobre a condição de desigualdade das mulheres foram sendo problematizados, os debates e as compreensões também foram ampliados, propiciando o questionamento da categoria “mulher” pelas feministas. Isso ocorreu a partir da compreensão da diversidade de mulheres existentes e, com isso, da intersecção do gênero com outros aspectos que perpassam conjuntamente a questão da dominação histórica delas, ou seja, as questões de classe e raça, que foram incluídas nas análises.

Segundo Scott (1995, p. 86), “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e [...] uma forma primária de dar significação às relações de poder”. Portanto, é por meio dele que o poder é articulado no “[...] ocidente, nas tradições judaicas-cristãs e islâmicas”. Por conseguinte, gênero “[...] fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana” (SCOTT, 1995, p. 89).

Assim sendo, Scott (1995) defende que gênero é uma fundamental categoria analítica de investigação histórica, politicamente útil, pois oferece subsídios para perpassar a descrição histórica e naturalizada das mulheres no lugar de submissão. Dessa forma, pode transformar a história das mulheres, tornando-as visíveis, ativas, autônomas. Para a autora, essa nova história possibilitará o desenvolvimento estratégico de políticas feministas, consoantes com igualdade política e social que incluam sexo, classe e raça.

Em vista do exposto, buscou-se conhecer os sentidos atribuídos às identidades de ser mulher não monogâmica em uma sociedade predominantemente mononormativa, a partir do entendimento de que as singularidades são permeadas pelas concepções de monogamia e não monogamia construídas social e historicamente, e dos aspectos interseccionais como gênero, classe, raça, etnia, deficiências.

Então, sobre ser mulher não monogâmica, Ana diz: “*Acho que na verdade toda identidade é uma identidade política. E ser não monogâmica pra mim é uma reivindicação. É olhar pra esse sistema e falar eu não vou me relacionar assim [...]*”. Acrescenta: “*[...] e pra mim, enquanto mulher negra ser não monogâmica passa com certeza por isso. Porque esse sistema monogâmico não foi construído pra nós [...]*”.

Bruna, por sua vez, desabafa:

Difícil. [Risada]. Significa difícil. [Risada]. Ham... olha... eu falei difícil porque eu acho que uma das coisas que eu passei nesse período, nesses últimos três anos, foi muito a questão de tipo... “ah, tu é não monogâmica”... então a pessoa já espera que eu fique com ela, que eu tenha interesse por ela, que eu queira fazer sexo com ela. Isso é muito automático, sabe? Eu vejo que mais do que nunca eu acabei sendo muito objetificada. Então eu acho que esse foi o maior impacto negativo, digamos assim, mas ao mesmo tempo, eu vejo como uma luta no sentido de que eu posso ser quem eu sou independente de ser mulher.

Nota-se na fala de Ana os atravessamentos da mononormatividade e não monogamia interseccionados com gênero e raça na sua identidade de ser mulher não monogâmica. Na fala de Bruna, esses mesmos atravessamentos são interseccionados com gênero e aspectos opressores do patriarcado e do machismo. Observa-se que Ana reflete criticamente sobre a situação que se impõe historicamente às mulheres negras, ou seja, que são objetificadas e cristalizadas em lugares de submissão e opressão. Por isso, escolhe se relacionar afetiva e sexualmente de outra maneira, evidenciando resistência e ação para transformar essa condição. Já nas falas de Bruna, percebe-se que ela compreende sua escolha por uma possibilidade relacional que foge à norma, como luta para ser quem sem deseja, mesmo enfrentando dificuldades por conta das opressões.

No que se refere as questões de gênero, atravessando as experiências dos poliamoristas, Perez e Palma (2018) mostram que homens e mulheres vivenciam diferentemente o poliamor por conta dos estereótipos de gênero que são construídos socialmente. Segundo as autoras, homens têm maior facilidade em viver o poliamor, enquanto as mulheres o destacam como apoio filosófico que as possibilita sair do lugar de propriedade de seus companheiros, propiciando-lhes de fato liberdade. As autoras constatam, ainda, que os participantes dos seus estudos manifestam como expressão a equidade de gênero; no entanto, a simetria de gênero aparece como um ideal complexo, não transcendido, devido aos atravessamentos sociais.

A partir do estudo de Perez e Palma (2018) entende-se a necessidade da articulação dos debates sobre as não monogâmias com os aspectos interseccionais, pois, mesmo o poliamor estando dentro das possibilidades das relações não monogâmicas, as mulheres poliamoristas continuam sofrendo opressões por conta de os aspectos opressivos serem estruturantes da sociedade e, assim, constituírem o modo de ser das pessoas que vivem em relação. Desse modo, entende-se a importância das perspectivas que visam romper com o sistema monogâmico, bem como com outras estruturas de opressão, por meio de um projeto orientador de não monogamia política que alcança todas as existências. Nesse sentido, destaca-se o projeto do grupo NM em Foco (2021), pois pensa e objetiva a autonomia e liberdade de todos os sujeitos, por meio de um projeto orientador emancipatório, sendo atuante nas lutas contra as estruturas que oprimem principalmente as pessoas não hegemônicas.

Camila expõe:

Caraca! Nunca pensei nisso. Eu acho que, assim, a primeira palavra assim que me vem na cabeça quando você fala mulher não monogâmica é sofrimento. Sofrimento, estigma. Tipo um estigma assim de ser. Enfim, essas coisas. E muito preconceito em cima, mas eu também acho que é muita resistência.

Flávia relata: *“É bem complicado. Eu acho que ser uma mulher já é complicado, não monogâmica é um pouco mais complicado. Porque tem aquelas coisas, as pessoas acham que você é não monogâmica, você é puta. Não que puta é um xingamento [...]”*.

Observa-se nas falas de Camila e Flávia os atravessamentos de gênero relacionados à escolha pela não monogamia, pois as entrevistadas dizem sofrer preconceitos e estigmas por conta dessa identidade. Assim, entendem que ser mulher não monogâmica é difícil, complicado, mas também, conforme Camila, é resistência frente as opressões.

No que concerne as opressões, os estudos de Perez e Palma (2018) indicam que os poliamoristas sentem medo de se expor em locais que não se sintam seguros, a fim de evitar situações que possam gerar preconceito. Visto que a monogamia é a única forma aceitável para

as relações afetivas e sexuais para a maioria das pessoas. Além do mais, as autoras mostram que, quando as mulheres poliamoristas conhecem um homem, ficam receosas de falar sobre a escolha pelo poliamor antes de conhecê-lo melhor, pois sentem medo de sofrer violências. Assim, evidenciando a importância da visibilidade e compreensão das práticas não monogâmicas para alterar tais situações.

Os estudos das *Diretrizes Nacionais Femicídio: investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres*, apontam que as mortes das mulheres por questões de gênero ocorrem mundial e historicamente (BRASIL, 2016). Trata-se de práticas construídas e aceitas, naturalizadas e legitimadas pela sociedade, pelos governos e pelo direito, veladas por costumes e tradições que atribuem controle aos homens e punição às mulheres (BRASIL, 2016). Conforme Waiselfisz (2015), no ano de 2013 foram cometidos 4.672 homicídios de mulheres no nosso país, sendo 2.394 praticados por um familiar da vítima, ou seja, 50,3%. Destes, 1.583 foram cometidos por parceiros ou ex-parceiros.

Levando em conta as evidências da pesquisa de Perez e Palma (2018), e os dados sobre o feminicídio, compreende-se que o sistema monogâmico, entrelaçado a outras estruturas de poder, pode interferir nas experiências afetivas e sexuais das mulheres monogâmicas e não monogâmicas, podendo ocasionar violências e/ou até a morte pelo fato de serem mulheres. Identifica-se também que gênero interseccionado com outros marcadores sociais pode gerar opressões, como se identifica nas falas das participantes Ana, Bruna, Camila e Flávia. Observa-se que as entrevistadas Camila e Flávia relataram sofrerem preconceitos e estigmas por conta de serem mulheres e pela escolha de outra possibilidade de relação afetiva e sexual que desvia da mononormatividade. Dessa forma, denota-se a importância da articulação das lutas contra as estruturas de poder que ditam os modos de viver das pessoas.

Elisa articula o que significa para ela ser mulher não monogâmica: “Ah... Não sei. Eu acho que significa ser livre e mais honesta com afetos que já estavam aqui desde que eu comecei a me relacionar afetivamente com pessoas [...]”. Explica: “[...] tem um significado também que é um pouco difícil, que eu entendo que é ser dissidente”.

Verifica-se nas falas de Elisa a relação da escolha pela não monogamia com as emoções e os sentimentos provenientes das suas experiências, que a levam ser coerente com o que sentia frente à imposição da monogamia, trazendo a palavra dissidente para nomear o que significa ser para ela uma mulher não monogâmica em uma sociedade mononormativa. De acordo com o *Dicio* Dicionário Online de Português (2021), a pessoa dissidente é aquela que rompe com um grupo por não concordar com as normas. Nesse sentido, entende-se que ser mulher não

monogâmica para Elisa significa romper com o sistema monogâmico que se impõe como forma única e legítima para as relações afetivas e sexuais.

Diana coloca a questão do aprendizado e cuidado ético com as pessoas:

Então como mulher não monogâmica, enquanto me afirmo assim, eu me entendo disposta a aprender. Eu me coloco nessa posição de aprendiz. E posso até fazer uma brincadeira do meu querido SUS, é uma cogestão do cuidado da intimidade. Quando fala intimidade é em todas as relações, porque a não monogamia não se refere somente a relações conjugais. Eu queria muito achar um termo melhor, mas vamos nessa, conjugal, amoroso, enfim.

A fala de Diana aponta para o cuidado ético com as pessoas, seja qual for a relação que se estabeleça. Nesse sentido, Longhini (2020a, 2020b) diz que a não monogamia ocupa-se do estabelecimento de relações éticas com tudo que habita o mundo. Para a autora, no âmbito da afetividade e da sexualidade, não monogamia diz respeito à construção cotidiana de relações que considerem os limites e as possibilidades, bem como não visem o cerceamento da autonomia sobre a vida de nenhuma das pessoas envolvidas. Com base nas falas de Diana e da dessa autora, entende-se que a não monogamia ético-política aponta para outras possibilidades de relações entre as pessoas, ou seja, que acontecem a partir da compreensão si dos outros enquanto sujeitos livres e autônomos no mundo, não se configurando como modelo prévio, mas a ser construído cotidianamente.

Contudo, é possível identificar nas falas das participantes, a partir dos processos histórico-dialéticos, os atravessamentos interseccionais e as concepções construídas historicamente de monogamia e não monogamia que as constituem como mulheres não monogâmicas em uma sociedade predominantemente mononormativa. Assim sendo, identifica-se que as participantes entendem que ser mulher não monogâmica é difícil, complicado, podendo trazer sofrimento, pois são estigmatizadas, sofrem preconceitos, são objetificadas por conta dos sistemas opressivos que atravessam diferentemente as pessoas. No entanto, observa-se ainda, que ser mulher não monogâmica significa, para a participante Elisa, ser dissidente frente à sociedade mononormativa, que se articula com as outras estruturas de poder. Já a participante Diana percebe que ser mulher não monogâmica é aprendizado, cuidado com a intimidade, e com todas as relações que se estabelecem. E, as demais participantes associam essa identidade também com reivindicação, luta e resistência contra os sistemas opressores. Desse modo, compreende-se que as dificuldades e sofrimentos citados por essas mulheres, acontecem por conta da articulação das estruturas opressivas que atravessam as subjetividades, assim sendo, quando as pessoas buscam transcender os aspectos normativos que são construídos historicamente e socialmente, acabam sendo oprimidas, pois as normas podem ser socializadas

e experienciadas sem maiores questionamentos e/ou problematizações, como se fossem naturais.

O estudo de Bornia Junior (2018) sobre experiências não monogâmicas, evidenciou que não há rompimento e transgressão nos meios não monogâmicos dos dispositivos de gênero e sexualidade. Pois, embora como produção discursiva esses ambientes se proponham subversivos, continuam reforçando normatividades. Segundo o autor, não existe um sujeito não monogâmico, mesmo que histórico e discursivo. O que existe são sujeitos que experienciam as não monogâmias, se identificam com elas e se aproximam delas, atravessados por diversos marcadores de diferenças sociais. Esses marcadores, articulados, interferem nas relações com os outros sujeitos. Os dados trazidos por esse autor, e pelas participantes desta pesquisa, auxiliam na compreensão de que as não monogâmias podem ser experienciadas atravessadas pelos aspectos normativos e opressores, pois os sujeitos se subjetivam justamente a partir da articulação das estruturas de poder. Essa dinâmica pode interferir nas relações afetivas e sexuais, sendo capaz de manter e perpetuar as opressões e violências de gênero, raça, etnia, classe, deficiências, entre outras.

Dessa forma, compreende-se que a escolha individual pela não monogamia não significa experienciar relações sem violências e opressões, pois as estruturas de opressão estão organizadas e se articulam para a manutenção das hegemonias. Assim, atravessam e constituem todas as existências, a partir da dialética do singular-coletivo. Essa constatação denota a relevância da articulação dos movimentos sociais, afetivos, éticos e políticos na luta contra as estruturas de opressão.

3.3 RELAÇÃO COM OS OUTROS: DESAFIOS DE SER MULHER NÃO MONOGÂMICA

Como já esclarecido neste trabalho, a monogamia é uma construção social é histórica que se enlaça com outras estruturas de opressão, sendo naturalizada e socializada como possibilidade única de estabelecer relações afetivas e sexuais. Dessa forma, a monogamia é compreendida como um sistema, que se articula com outras estruturas de poder, podendo constituir singularmente as pessoas, pois estas se subjetivam em processos histórico-dialéticos, sendo atravessados por esses aspectos. Nesse sentido, quando alguns sujeitos transcendem essa possibilidade de experienciar sua afetividade e sexualidade, podem sofrer opressões em uma sociedade que se organiza predominantemente a partir da lógica mononormativa. Em vista disso, buscou-se conhecer os desafios das mulheres não monogâmicas frente à sociedade predominantemente mononormativa.

Então, sobre os desafios de ser mulher não monogâmica em uma sociedade predominante mononormativa, Camila diz:

Eu acho que é mais a visão das outras pessoas por acharem que eu sou essa pessoa desapegada, que eu simplesmente fico com qualquer pessoa, que fico com todo mundo. Tem gente que acha que faz putaria todo final de semana. Pra mim é mais isso, mais o estigma, a visão dos outros sobre mim.

Bruna, por sua vez, comenta:

Eu acho que, além de ser mulher não mono, eu também sou bissexual, então eu acho que tudo isso acaba sendo também ingredientes pras pessoas objetificarem sabe? Então eu vejo muito isso, tipo, em como as pessoas me enxergaram nesses últimos tempos. Especialmente quando eu comecei a falar mais abertamente sobre esse tipo de coisa [...].

Verificam-se semelhanças nas falas de Camila e Bruna, pois ambas observam a dificuldade de ser mulher não monogâmica, no sentido de que as pessoas enxergam essa possibilidade afetiva e sexual a partir da perspectiva hegemônica dominante, ou seja, da monogamia e de outros aspectos opressores, estigmatizando, sexualizando-as. Nesse contexto, relacionam-se atravessadas pelos discursos normativos e moralizantes, que disseminam que tudo que não segue a mononormatividade é errado. Dessa forma, tendo potencial para dificultar as práticas não monogâmicas, por conta dos atravessamentos do sistema monogâmico na constituição dos sujeitos que vivem em relação, e que podem perpassar as experiências sem criticidade.

No sentido dos atravessamentos do sistema monogâmico na constituição das pessoas, Diana aponta como desafio o estabelecimento e a continuidade das relações não monogâmicas, pois as pessoas com quem tentou se relacionar, ficavam assustadas ao perceberem que existem outras possibilidades relacionais para além da monogamia. Comenta: “*Só que uma coisa que me afetava é que eu não conseguia uma relação que avançasse, sabe? Eu não conseguia uma relação que passasse do segundo encontro [...]*”. Explica ainda: “[...] *as pessoas sempre ficavam muito assustadas quando eu deixava isso aberto [...]*”.

Segundo Longhini (2020b), uma das falácias corriqueiras sobre não monogamia é de que essas relações “[...] perpetuam a lógica do descarte, do descompromisso, da superficialidade”, sendo que esses atributos são da monogamia. Assim, a autora afirma que as relações coloniais editam questões morais, transferindo seus próprios valores ruins aos outros, bem como creditando e atribuindo o que for bom a si.

Longhini (2020b) destaca ainda que a lógica monogâmica não acontece apenas quando alguém está namorando ou casada, mas direciona inclusive a solteirice. Com isso, as dinâmicas

estabelecidas com base no descarte, no descompromisso e em não se ter responsabilidade afetiva são corriqueiras entre os solteiros monogâmicos, que hierarquizam a relação entre sexo e amor, escolhendo quem é para namorar e quem é para casar. A autora questiona e problematiza a necessidade de associar características monogâmicas à não monogamia, se uma das propostas da não monogamia trata justamente sobre o questionamento e a problematização das hierarquias “[...] entre amor x sexo, liberdade x respeito e tantas outras que o amor romântico traz” (LONGHINI, 2020b, p. 51).

Na mesma direção da compreensão das pessoas monogâmicos sobre a não monogamia, Elisa relata que o seu maior desafio se refere ao estudo e à apropriação de conhecimento sobre não monogamia, pois, ao falar com alguém monogâmico, gostaria de poder argumentar e explicar melhor sobre sua escolha, visto que:

[...] as pessoas operam sobre uma lógica totalmente diferente. Então elas pegam o que você diz e encaixam dentro do que tá na lógica delas. Então você ter essa habilidade com as palavras, você ter, enfim, uma compreensão mais ampla, que você pega o que a pessoa tá dizendo e consegue explicar de outra forma, eu acho isso muito difícil mesmo. É o meu maior desafio, assim.

Em consonância com os apontamentos feitos por Camila, Bruna, Diana e Elisa, Flávia fala sobre a necessidade de respeito frente à sua escolha pela não monogamia: “[...] então, assim, eu acho que o desafio maior é fazer com que as pessoas entendam e respeitem, porquê da mesma forma que a gente respeita os monogâmicos... acho que tipo, é mais um respeito sabe? Então é uma coisa bem difícil [...]”. De acordo com Longhini (2020b), a maneira como a sexualidade das pessoas é exercida não deveria representar um desrespeito aos demais. Para a autora, a monogamia distorce o que de fato seriam o cuidado e o respeito nas relações afetivas e sexuais, enfatizando que companheirismo, apoio, solidariedade e parceria deveriam ser os fatores considerados para a saúde de uma relação, e não a exclusividade afetiva e sexual.

Nota-se nas falas de Camila, Bruna, Diana, Elisa e Flávia, a dificuldade de ser não monogâmica em uma sociedade mononormativa, pois as pessoas entendem a identidade não monogâmica a partir da lógica monogâmica, distorcendo o que de fato propõe a não monogamia em uma perspectiva política. Dessa maneira, entende-se que a lógica monogâmica presente na sociedade, pode dificultar as práticas não monogâmicas.

Em vista disso, Perez e Palma (2018, p. 4) esclarecem que uma sociedade orientada pelos ideais do “[...] amor romântico, patriarcal, heteronormativo e de monogamia compulsória [...]” requer dos praticantes do poliamor o enfrentamento contínuo das imposições sociais que perpassam o entendimento do amor. Posto isso, compreende-se a necessidade das perspectivas

ético-políticas de monogamia para evidenciar e lutar por outras possibilidades de vínculos relacionais e contra as estruturas opressivas.

Ana expõe suas dificuldades em ser mulher não monogâmica, abordando a dificuldade de se relacionar com alguém orientado pelo modelo monogâmico, assim diz:

[...] porque normalmente quando a gente não monogâmico flerta com alguém monogâmico não é fácil de desconstruir. A gente é muito colocado no lugar de a pessoa só pra transar. E eu sou mulher, negra e bissexual. E esse lugar de sexualizar, é bem cansativo e doloroso. A pandemia tem também me ajudado a falar mais não pra esse tipo de situação [...].

A fala de Ana evidencia também sua estratégia para lidar com situações em que há tentativa de cristalizá-la no lugar de objeto, ou seja, ela se nega a ocupar esse lugar. Observa-se também que suas falas evocam as interseccionalidades de gênero, raça e orientação sexual nas relações com outras pessoas, marcadas especialmente pelo machismo.

Longhini (2020b) esclarece que a hiperssexualização das pessoas monogâmicas para com as não monogâmicas é reflexo dos atravessamentos morais cristãos sobre os prazeres oriundos do corpo. Desse jeito, esses atravessamentos trazem o entendimento que os desejos e prazeres devem ser controlados. Assim, para a autora, um cristão que oprime seus desejos afetivos e sexuais acaba por projetar julgamentos morais estereotipados nas pessoas que não escolhem a mesma possibilidade que a sua, como se houvesse um único caminho certo e verdadeiro para as sexualidades humanas.

No entanto, Longhini (2020b) argumenta que os cristãos monogâmicos podem acabar ocultando suas práticas afetivas e sexuais fora do casamento monogâmico cristão, sendo esse um comportamento corriqueiro. Dessa forma, questiona e problematiza a necessidade dos contratos punitivos provenientes dos casamentos monogâmicos, frente ao argumento das pessoas monogâmicas que afirmam desejar ou sentir vontade de se relacionar afetiva e sexualmente com uma única pessoa. A autora defende que o pensamento religioso cristão, punitivo dos prazeres do corpo, principalmente os sexuais, atravessa a lógica do amor romântico que está vigente na contemporaneidade.

Segundo a NM em Foco (2021), “Nossos desejos e afetos foram invadidos e colonizados. Nos foi imposto *uma única forma de amar e se relacionar*. A monogamia é uma imposição social, jurídica e religiosa/cristã”. Todavia, a não monogamia política se propõe como uma construção coletiva que objetiva a emancipação da colonização, reconhecendo a monogamia como uma forma de violência à qual estamos expostos (NM EM FOCO, 2021).

As falas das participantes expõem dificuldades e desafios no estabelecimento das relações com as outras pessoas, ao escolherem se relacionar a partir da não monogamia.

Percebe-se que o entendimento da sociedade, cujos indivíduos se subjetivam a partir da mononormatividade e das outras estruturas de opressão, pode complexificar as relações, pois as pessoas interpretam a não monogamia a partir dessas lógicas e, assim, sexualizam, objetificam, estigmatizam e não respeitam as escolhas que fogem do modelo normativo que é hegemônico e dominante.

De acordo com Schneider (2011), é por meio da relação com o outro que existimos, mas nessa relação também podemos ser objetificados. Por meio do olhar, o outro objetiva o sujeito, tornando-o transcendência transcendida, conferindo-lhe determinadas características, cristalizando-o. Todavia, na tentativa da recuperação do seu ser, o sujeito busca capturar a liberdade do outro, sendo essa atitude uma defesa do seu próprio ser. A dialética sujeito-objeto é uma condição humana, porém a cristalização do sujeito em um desses aspectos é compreendida como uma atitude de alteridade, pois nessas situações, o outro é sempre outro, não havendo tecimento. Nessa dinâmica, não há flexibilidade nas relações para a existência de um “nós”, compondo, pois, a estrutura alienante da sociedade ocidental (SCHNEIDER, 2011).

Entretanto, Schneider (2011, p. 150, grifos da autora) esclarece que as relações interpessoais podem acontecer sem o cerceamento da liberdade e sem a opressão das outras pessoas. Conforme a autora, “O ‘nós’ não é uma consciência intersubjetiva, como querem muitas psicologias, mas uma *experiência concreta de ser no mundo*, experimentada por uma consciência particular”. Esta possibilidade acontece com o tecimento das relações em grupo, por meio de um projeto comum, assim sendo necessitada de uma terceira pessoa, e do reconhecimento de si como liberdade e dos outros como sujeitos. Nesse sentido, as relações com as outras pessoas podem acontecer mediante projetos comuns, que não objetivem o cerceamento da liberdade dos outros, mas, a partir do estabelecimento de relações de reciprocidade, tornem-se mediação uns para os outros, em direção aos objetivos comuns (SCHNEIDER, 2011).

Em vista da condição de liberdade à qual todos estamos submetidos, entende-se que os sujeitos podem escolher, agir e transformar os aspectos normativos opressores da sociedade, pois estes são construídos social e historicamente por meio dos tecimentos coletivos que propiciam também a constituição da subjetividade das pessoas. Contudo, as falas das participantes reforçam a importância e necessidade da articulação das lutas coletivas contra as estruturas de poder, em benefício de existências livres das opressões, como nos aponta Beauvoir no capítulo final de *O Segundo Sexo*.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das falas das participantes foi possível evidenciar que a mononormatividade interfere nas suas experiências afetivas e sexuais, confirmando a hipótese levantada nesse estudo, pois se trata da maneira como a monogamia foi construída, é socializada e se articula com outras estruturas opressivas, constituindo desse modo, as subjetividades. Pois, as pessoas se subjetivam por meio dos processos histórico-dialéticos. Assim sendo, a mononormatividade atravessa singularmente a trajetória delas e das outras pessoas, podendo ser opressora, especialmente com aquelas que buscam transcender a norma.

Salienta-se que esse estudo parte do pressuposto de que, mesmo os sujeitos estando em contextos sociológicos e antropológicos em que a mononormatividade predomina, podem escolher se relacionar afetiva e sexualmente de outra maneira. Fato que não impede que sofram os efeitos concretos da opressão do sistema monogâmico, articulado com outras estruturas de poder. A vida das pessoas, principalmente das mulheres e das pessoas não hegemônicas, quando não escolhem ou não se ajustam ao modelo monogâmico, fica particularmente impactada. Todavia, esses aspectos reforçam também a constatação de que a liberdade em situação é uma condição à qual todos os sujeitos estão submetidos.

Observa-se a partir da fala das entrevistadas que a escolha pela não monogamia se relaciona com as trajetórias de vida que acontecem de forma singular-coletiva. Ou seja, essas mulheres se autointitulam não monogâmicas a partir de suas experiências, após estudarem e refletirem criticamente sobre essa possibilidade afetiva e sexual. Além do mais, evidencia-se que os sentidos atribuídos a esse caminho se relacionam com a afirmação da autonomia, autenticidade e liberdade, bem como das críticas às estruturas opressivas. Ainda, essa manifestação de preferência se dá pela não identificação com o modelo normativo hegemônico, buscando a descentralização das relações afetivas e sexuais no projeto de ser, e a possibilidade de se relacionar sem exclusividade afetiva e sexual.

Ressalta-se que as participantes dizem que ser mulher não monogâmica em uma sociedade predominantemente mononormativa é difícil por conta de estigmas, preconceitos, objetificações e opressões que sofrem. No entanto, para além das dificuldades, percebem a potência dessa escolha, pois significa também resistência e luta contra os sistemas opressores, bem como cuidado ético consigo e com outros. Nesse contexto, as entrevistadas expõem quão desafiadora é a relação com as outras pessoas, pois estas entendem a não monogamia a partir da lógica dominante, muitas vezes sem questioná-la. Por consequência, objetificam, sexualizam e estigmatizam as posturas desviantes, não respeitando as escolhas que fogem do modelo

monogâmico. Esses apontamentos, expõem ainda, os atravessamentos interseccionais nas identidades delas.

Contudo, evidencia-se que as violências e opressões podem continuar atravessando as experiências afetivas e sexuais das mulheres, mesmo na não monogamia, pois as estruturas opressivas são estruturantes da sociedade, permeando o modo de ser das pessoas. Desse modo, possibilitam a opressão das pessoas que transcendem o modelo monogâmico, que é hegemônico e dominante, e se impõe como possibilidade única e legítima para as relações afetivas e sexuais. Nesse sentido, ressalta-se a necessidade e a importância das articulações e lutas coletivas contra as estruturas de poder que violentam e oprimem as pessoas não hegemônicas, em prol da construção de vínculos que considerem as outras pessoas como sujeitos

O presente estudo apresenta como limite o fato de todas as participantes fazerem parte de grupos que discutem a não monogamia a partir da perspectiva política, que visa romper com as opressões sociais por meio da coletividade. Depreende-se que existem outras possibilidades de experienciar as não monogâmias, ou seja, que não empreendem necessariamente uma crítica à monogamia estrutural e às outras estruturas de opressão. Dessa maneira, a continuidade dos estudos na área faz-se necessária, a fim de verificar como as mulheres não monogâmicas nesses contextos experienciam suas relações afetivas e sexuais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020. (Coleção Feminismos Plurais, coord. Djamilia Ribeiro).

BARBOSA, Mônica. **Poliamor e relações livres: do amor à militância contra a monogamia compulsória**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2015.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019a. v. 1.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019b. v. 2.

BORNIA JUNIOR, Dardo Lorenzo. **Amar é verbo, não pronome possessivo: etnografia das relações não monogâmicas no sul do Brasil**. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/193166>. Acesso em: 25 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Diretrizes Nacionais Femicídio: investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/central-de-conteudos/publicacoes/2016/livro-diretrizes-nacionais-femicidios-versao-web.pdf/view>. Acesso em: 5 abr. 2021.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

DISSIDENTE. *In*: DICIO Dicionário Online de Português. 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/dissidente/>. Acesso em: 27 out. 2021.

FELIPPE, Guilherme G. Casar sim, mas não para sempre: o matrimônio cristão e a dinâmica cultural indígena nas reduções do Paraguai. **História Unisinos**, Porto Alegre, v. 12, n. 3, p. 248-261, set./dez. 2008. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/5434>. Acesso em: 19 abr. 2021.

FONTELLES, Mauro José *et al.* Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista Paraense de Medicina**, Belém, v. 23, n. 3, jul./set. 2009. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-588477>. Acesso em: 11 maio 2021.

FREITAS, Camila *et al.* Hierarquias relacionais e uma não monogamia política. **NM em Foco**, 6 nov. 2020. Disponível em: <https://naomonoemfoco.com.br/hierarquias-relacionais-e-uma-nao-monogamia-politica/>. Acesso em: 27 out. 2021.

FREITAS, Camila; MIRANDA, Nana; LIMA JÚNIOR, Newton S. Relacionamento aberto, não-monogamia e disputa de conceitos. **NM em Foco**, 10 mar. 2021. Disponível em: <https://naomonoemfoco.com.br/relacionamento-aberto-nao-monogamia-e-disputa-de-conceitos/>. Acesso em: 27 out. 2021.

GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. A contribuição do modelo social da deficiência à psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 3, p. 557-566, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/PhdsqtyL5T8fRwTp9JD3T6M/?format=pdf>. Acesso em: 27 out. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 67-81.

LEONEL, Vilson; MOTTA, Medeiros de Alexandre. **Ciência e pesquisa**. 2. ed. revista e atualizada. Palhoça: Unisul Virtual, 2007.

LESSA, Sergio. **Abaixo a família monogâmica**. São Paulo: Instituto Lukás, 2012.

LINS, Regina Navarro. **O livro do amor: da Pré-História à Renascença**. 2. ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2013. v. 1.

LINS, Regina Navarro. **O livro do amor: do Iluminismo à atualidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2020. v. 2.

MAHEIRIE, Kátia. Constituição do sujeito, subjetividade e identidade. **Interações**, São Paulo, v. 7, n. 13, p. 31-44, jun. 2002. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-29072002000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 maio 2021.

NM EM FOCO. Manifesto por uma não monogamia política. 10 mar. 2021. Disponível em: <https://naomonoemfoco.com.br/manifesto-por-uma-nao-monogamia-politica/>. Acesso em: 27 out. 2021.

LONGHINI, Geni Daniela Núñez. Desmentindo falácias contra a não monogamia. *In*: TAKAZAKI, Silmara Simone; TAVARES, Jessica Cristina; LONGHINI, Geni Daniela Núñez (org.). **Não monogamia LGBT+**: pensamento e artes livres. Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2020b. p. 49-52.

LONGHINI, Geni Daniela Núñez. Liberdade para todas as tetas. *In*: TAKAZAKI, Silmara Simone; TAVARES, Jessica Cristina; LONGHINI, Geni Daniela Núñez (org.). **Não monogamia LGBT+**: pensamento e artes livres. Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2020a. p. 16-18.

PEREZ, Tatiana Spalding; PALMA, Yáskara Arrial. Amar amores: o poliamor na contemporaneidade. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 30, e165759, jun. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822018000100208&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 mar. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30165759>.

PORTO, Duina. **O reconhecimento jurídico do poliamor como multiconjugalidade consensual e estrutura familiar**. 2017. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/12253>. Acesso em: 25 mar. 2021.

PRETTO, Zuleica. **Como tecer a mais antiga/contemporânea trama**: significações do amor segundo homens jovens universitários. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/85937>. Acesso em: 25 mar. 2021.

SANTATA, Alef D. S.; LIMA JÚNIOR, Newton S. Aquilo que nos foi negado. **NM em Foco**, 30 jul. 2021. Disponível em: <https://naomonoemfoco.com.br/aquilo-que-nos-foi-negado/>. Acesso em: 27 out. 2021.

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. 24. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. **Sartre e a Psicologia clínica**. Florianópolis: UFSC, 2011.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 25 mar. 2021.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015**: homicídio de mulheres no Brasil. Brasília, DF: OPAS/OMS, ONU Mulheres, SPM, Flacso, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para->

mulheres/arquivo/assuntos/violencia/pesquisas-e-publicacoes/mapaviolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em: 5 abr. 2021.

WOLFF, Cristina Scheibe; SALDANHA, Rafael Araújo. Gênero, sexo, sexualidades. **Rev. Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 12, p. 29-46, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/482>. Acesso em: 25 mar. 2021. <https://doi.org/10.22420/rde.v9i16.482>.